



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL [01 a 06]:**

**01) Assinale a alternativa que indica a norma superior da República Federativa do Brasil:**

- a) Constituição do Estado de São Paulo.
- b) Lei Federal.
- c) Lei Ordinária.
- d) Lei Complementar.
- e) Constituição Federal.

**02) Qual o tempo de duração do mandato do Presidente da República:**

- a) 2 anos.
- b) 4 anos.
- c) 8 anos.
- d) 5 anos.
- e) 9 anos.

**03) A República Federativa do Brasil é:**

- a) Católica.
- b) Evangélica.
- c) Budista.
- d) Laica.
- e) Nenhuma das alternativas.

**04) Dentre as alternativas abaixo qual delas indica a mais alta Corte do país:**

- a) TJSP.
- b) TRF.
- c) STJ.
- d) STF.
- e) Presidência da República.

**05) Para inscrição em concurso público de provas e títulos da carreira de Magistrado o candidato deve ter quantos anos de atividade jurídica após a conclusão do curso?**

- a) 1 ano.
- b) 5 anos.
- c) 3 anos.
- d) 2 anos.
- e) 10 anos.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

**06) É correto afirmar que:**

- a) o prazo de validade do concurso público será de até 1 ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) é vedada a acumulação remuneratória de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, como no caso de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fim de concessão ulterior.
- e) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

**DIREITO CIVIL [07 a 12]:**

**07) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:**

- a) Os ébrios habituais.
- b) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- c) Os pródigos.
- d) Os maiores de 16 anos.
- e) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

**08) São pessoas jurídicas de direito público interno:**

- a) União, Estados, Municípios e Associações.
- b) União, Municípios, Associações e Partidos Políticos.
- c) União, Estados, Municípios e Territórios.
- d) Estados, Municípios, Distrito Federal e Associações.
- e) Estados, Distrito Federal, Territórios e Autarquias.

**09) Assinale a alternativa correta:**

- a) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver por parte destes, dolo.
- c) Aquele que, por 05 (cinco) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título, boa fé e de sentença proferida por juiz competente.
- d) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 10 (dez) anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- e) Nenhuma das afirmações anteriores estão corretas.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

**10) Um motorista de um automóvel, quando trafegava na contramão, colidiu com uma ambulância municipal que transitava em mão regular e em alta velocidade, vez que acionada para atender uma ocorrência. A responsabilidade civil do abalroamento deve ser imputada:**

- a) ao civil que conduzia o veículo e invadiu a contramão, dando causa ao acidente, não havendo nexo de causalidade para ensejar a responsabilidade do Município.
- b) ao Município, vez que um veículo municipal estava envolvido no acidente, o que enseja a responsabilidade objetiva.
- c) ao Município, sob a modalidade subjetiva, devendo ser comprovada a culpa do motorista da ambulância.
- d) tanto ao civil quanto ao Município, sob a responsabilidade subjetiva, em razão de culpa concorrente.
- e) ao civil que conduzia o veículo, que responde sob a modalidade objetiva no que concerne aos danos apurados no veículo municipal.

**11) A posse que não for violenta, clandestina ou precária é considerada:**

- a) Posse de boa fé
- b) Posse *ad usucapionem*
- c) Composse
- d) Posse injusta
- e) Posse Justa

**12) A validade do negócio jurídico requer:**

- a) Agente capaz, apenas.
- b) Agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- c) Objeto lícito, apenas.
- d) Forma prescrita ou não defesa em lei, apenas.
- e) Agente capaz, objeto lícito, possível, indeterminado e forma não defesa em lei.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL [13 a18]**

**13) São condições da ação:**

- a) Partes, causa de pedir e pedido.
- b) Citação válida, capacidade processual e interesse de agir.
- c) Partes, causa de pedir e capacidade processual.
- d) Legitimidade, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.
- e) Legitimidade, possibilidade jurídica do pedido e pedido.

**14) Assinale a alternativa correta:**

- a) Nas ações de estado, a citação será feita pelo correio.
- b) Far-se-á a citação por edital quando for ré a pessoa de direito público.
- c) Quando for ré a pessoa de direito público, far-se-á a citação por meio de oficial de justiça.
- d) Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a citação será feita por correio.
- e) Nas ações em que pessoa incapaz for ré, a citação deverá ser feita pelo correio.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

**15) Quanto ao rito da Execução Fiscal (lei 6.830/90), assinale a alternativa incorreta:**

- a) O executado oferecerá embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora.
- b) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.
- c) Em qualquer fase do processo, será deferida pelo juiz ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária.
- d) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa.
- e) A citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma.

**16) São causas que extinguem o processo sem resolução do mérito, exceto:**

- a) Quando o juiz indeferir a petição inicial.
- b) Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.
- c) Quando o autor desistir da ação.
- d) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- e) Quando as partes transigirem.

**17) O Município de São Bento do Oeste foi efetivamente citado, por oficial de justiça e na pessoa de seu representante legal, no dia 04 de março de 2013 (segunda-feira). O mandado de citação foi juntado nos autos em 18 de março de 2013.**

**Considerando as informações acima, assinale a alternativa que indica corretamente o prazo para contestação e o seu termo inicial.**

- a) O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias e o seu termo inicial será 18 de março de 2013.
- b) O prazo para contestação é de 30 (trinta) dias, vez que a Fazenda Pública possui o benefício do prazo em dobro para contestar. O termo inicial será 18 de março de 2013.
- c) O prazo para contestação é de 30 (trinta) dias, vez que a Fazenda Pública possui o benefício do prazo em dobro para contestar. O termo inicial será 04 de março de 2013.
- d) O prazo para contestação é de 60 (sessenta) dias, vez que a Fazenda Pública possui o benefício do prazo em quádruplo para contestar. O termo inicial será 18 de março de 2013.
- e) O prazo para contestação é de 60 (sessenta) dias, vez que a Fazenda Pública possui o benefício do prazo em quádruplo para contestar. O termo inicial será 04 de março de 2013.

**18) São requisitos da petição inicial:**

- a) A indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida e o espaçamento simples entre linhas.
- b) A indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida e a observância das regras da ABNT.
- c) A indicação do pedido com suas especificações e o valor da causa.
- d) A indicação do pedido com suas especificações e a observância das regras da ABNT.
- e) A observância das normas da ABNT e o requerimento para citação do réu.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

## **DIREITO DO TRABALHO [19 a 24]:**

### **19) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A hora é considerada noturna, para o trabalhador urbano, das 22 horas até às 05 horas do dia seguinte.
- b) O menor pode trabalhar em atividades insalubres e no período noturno, mas não pode exercer atividades perigosas.
- c) O empregado público estável só pode ser demitido após o devido processo administrativo disciplinar.
- d) O empregador que conceder férias aos seus empregados após o período concessivo terá de paga-las em dobro.
- e) Suspensão e interrupção do contrato de trabalho são institutos distintos.

### **20) Assinale a alternativa correta:**

- a) O trabalhador que labora em regime 4 horas de trabalho tem direito a 30 minutos de descanso/refeição (intervalo intrajornada), que não será computada na jornada de trabalho.
- b) O trabalhador que labora em regime de 8 horas de trabalho tem direito a um intervalo de 1 hora para descanso/refeição (intervalo intrajornada), que será computada na jornada de trabalho.
- c) Entre uma jornada de trabalho e outra (intervalo interjornada) é preciso que haja um intervalo de, no mínimo, 24 horas.
- d) O trabalhador que labora em regime de 12 horas por 36 de descanso tem direito a 1 hora de descanso/refeição, que não será computada na jornada de trabalho.
- e) O trabalhador não pode receber, em nenhuma hipótese, menos que um salário mínimo.

### **21) Assinale a alternativa correta:**

- a) De acordo com a CLT, o adicional por insalubridade varia conforme o grau baixo (10%), médio (20%) ou máximo (40%).
- b) De acordo com a CLT, o adicional por periculosidade varia conforme o grau baixo (10%), médio (20%) ou máximo (40%).
- c) De acordo com a CLT, o adicional por penosidade varia conforme o grau baixo (10%), médio (20%) ou máximo (40%).
- d) Não existe adicional por insalubridade na legislação, pois atualmente o salário mínimo já engloba esta verba.
- e) Não existe adicional por periculosidade na legislação, pois atualmente o salário mínimo já engloba esta verba.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

**22) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A CF veda o recebimento conjunto dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, devendo o empregado escolher qual deseja receber.
- b) Para efeitos de equiparação salarial, leva-se em conta o tempo de serviço.
- c) Hora *in itinere* diz respeito às horas em que o empregado fica de sobreaviso, não podendo desligar o celular ou outro meio de comunicação entre ele e o empregador, para trabalhar em caso de necessidade.
- d) O salário integra a remuneração, bem como as gorjetas recebidas.
- e) O FGTS é depositado pelo empregador, não pelo empregado.

**23) Assinale a alternativa correta:**

- a) A terceirização é utilizada pelo Poder Público em muitas atividades, em regra por licitação. Porém, a iniciativa privada não pode se valer deste instituto, pois sempre contrata diretamente os trabalhadores.
- b) O princípio da condição mais benéfica determina que, mesmo que haja mudança no contrato de trabalho, aplica-se a norma mais favorável ao trabalhador.
- c) O empregador não pode transferir empregado que labora em setor insalubre para outro não insalubre sem seu próprio consentimento, pois perderia o adicional de insalubridade, que é direito adquirido.
- d) O princípio da primazia da realidade é princípio que rege a relação entre empresas de um mesmo grupo empresarial.
- e) O décimo terceiro salário só é devido aos empregados com carteira (CTPS) assinada.

**24) Assinale a alternativa correta:**

- a) O que determina se o trabalho é urbano ou rural é o local onde mora o empregado.
- b) As normas constitucionais sempre prevalecem sobre outras normas materiais de direito trabalhista.
- c) Considera-se salário "*in natura*" o salário líquido do empregado, e "*non in natura*" o salário bruto (sem descontos).
- d) Servidores públicos, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais podem exercer o direito de greve, mas os empregados públicos não, pois são proibidos por norma Constitucional.
- e) As horas extras prestadas em feriados devem ser remuneradas com adicional de 100% em relação à hora normal.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO [25 a 30]:**

**25) Assinale a alternativa correta:**

- a) O prazo para que o Município de Rosana-SP apresente Recurso Ordinário é de 8 dias.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

- b) O prazo para que o Município de Rosana-SP apresente Contrarrazões de Recurso Ordinário é de 16 dias.
- c) O Município de Rosana-SP tem prazo em dobro pra contestar e em quadruplo para recorrer.
- d) O Município de Rosana-SP tem 10 dias para opor embargos de declaração.
- e) O prazo para que o Município de Rosana-SP apresente Recurso Ordinário é de 16 dias.

**26) Assinale a alternativa correta:**

- a) A Justiça do Trabalho não tem competência para julgar o Município de Rosana-SP, devendo as ações correr na Justiça Comum Estadual.
- b) O Supremo Tribunal Federal é o único competente para analisar da constitucionalidade das normas. Portanto, matéria constitucional não se discute na Justiça do Trabalho.
- c) O prazo para o Município de Rosana-SP opor embargos à execução é de 30 dias.
- d) Da decisão interlocutória do Juiz do Trabalho de primeira instância que pode causar dano grave à parte, cabe Agravo de Instrumento.
- e) Não há preparo na Justiça do Trabalho, ou seja, não é devido custas processuais.

**27) Assinale a alternativa correta.**

- a) O prazo para que o Município de Rosana-SP apresente Recurso de Revista é de 8 dias.
- b) O prazo para que o Município de Rosana-SP apresente Recurso de Revista é de 16 dias.
- c) O prazo para que o Município de Rosana-SP apresente Contrarrazões de Recurso de Revista é de 16 dias.
- d) O prazo para apresentar Recurso de Revista, segundo a CLT, é de 10 dias.
- e) O prazo para apresentar Contrarrazões de Recurso de Revista, segundo a CLT, é de 10 dias.

**28) Assinale a alternativa correta:**

- a) Não cabe Recurso Extraordinário de decisões da Justiça do Trabalho.
- b) O Recurso de Revista é julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região.
- c) O Recurso Ordinário é julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- d) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não é hierarquicamente superior ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- e) Da decisão do juiz do trabalho cabe apelação.

**29) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) O empregado demitido tem até dois anos após a demissão para propor reclamatória trabalhista a fim de que tenha seus direitos garantidos.



**PGM**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSANA  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

---

- b) Na Justiça do Trabalho há o chamado “*jus postulandi*”, ou seja, atendidos os requisitos legais, o reclamante não precisa de representação processual por advogado.
- c) A Justiça do Trabalho tem competência para julgar pedido de indenização por dano moral.
- d) Os honorários de sucumbência, na Justiça do Trabalho, são devidos da mesma forma que o são na Justiça Comum Estadual. Portanto, a parte sucumbente tem de arcar em até 20% com os honorários advocatícios da parte vencedora.
- e) A Justiça do Trabalho observa o princípio da celeridade processual.

**30) Assinale a alternativa correta:**

- a) O princípio da eventualidade, no Processo do Trabalho, determina que o juízo pode conhecer de fato notório *ex officio*.
- b) Nos casos previstos em lei, é possível a utilização da ação rescisória, com o objetivo de desconstituir a coisa julgada material.
- c) O reclamado, em regra, tem 15 dias para apresentar Contestação.
- d) O Tribunal Superior do Trabalho não julga casos envolvendo particulares, pois atua somente nas chamadas ações coletivas.
- e) O empregado, nas chamadas terceirizações, não pode apresentar reclamatória trabalhista contra o empregador e o tomador do serviço, pois sua relação se dá apenas com o primeiro.



<b>RG:</b>	<b>ACERTOS</b>	<b>NOTA DA PROVA OBJETIVA</b>	<b>NOTA DA PROVA SUBJETIVA</b>	<b>TOTAL</b>
48.477.812-2	10/30	2.0	2.0	4.0
42.118.582-4	13/30	2.6	1.0	3.6
48.941.263-4	13/30	2.6	1.0	3.6
41.000928-3	13/30	2.6	1.0	3.6
49.652.837-3	10/30	2.0	0.5	2.5
47.421.867-3	10/30	2.0	0.5	2.5
37.523.213-8	AUSENTE			
25.878.102-6	AUSENTE			

**Ficam habilitados e classificados à Prova Oral todos os candidatos acima relacionados, salvo os ausentes.**

**Data da prova: 25/03/2013 – 09:00 horas.**

